

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL- NDI**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCENCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**JEANE MONICA VIECELI STRADA**

**A DEMANDA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

**IJUI, RS**

**2016**

**JEANE MONICA VIECELI STRADA**

**A DEMANDA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, apresentado à Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Docência Infantil.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Monique Robain Montano**

**IJUI, RS**

**2016**

## DEDICATÓRIA

*A Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa.  
Seu fôlego de vida em mim me foi sustento  
e me deu coragem para questionar realidades  
e propôs sempre um novo mundo de possibilidades.*

## **AGRADECIMENTOS**

*É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos e ou apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso primeiramente agradeço a Deus.*

*A Universidade Federal de Santa Maria, pela qualidade do curso oferecido, público e gratuito.*

*A Unijuí pelo espaço, a professora Eulália, que incansavelmente nos acompanhou do início ao fim desta caminhada.*

*As professoras que ministraram as diversas disciplinas do curso.*

*Em especial a minha orientadora, Monique Robain Montano por ter paciência e compartilhar seus ensinamentos, orientando para a difícil tarefa de escrita e análise da minha prática.*

*À escola Maria Barriquello, em especial ao grupo de profissionais, que me motivava todas as manhãs para desenvolver com comprometimento, responsabilidade e ética minhas atividades.*

*À minha filha abençoada Laiane Cristine Strada de Jesus que todos os dias me conferia carinho e agrado e que foi incansável ao meu lado durante essa caminhada, a quem dedico todas as minhas batalhas diárias.*

*À minha família, em especial, meus pais, Silvio e Valdeci que nesses momentos me incentivaram a persistir e nunca desistir dos meus objetivos, me apoiando, principalmente, por me ajudar na tarefa de ser mãe.*

*Peço desculpas e agradeço a todos por ter sido um pouco egoísta e ter focado o tempo que me restava em busca de novas aprendizagens.*

## RESUMO

### **A DEMANDA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Este trabalho tem como objetivo investigar a prática pedagógica na educação infantil e a atuação do profissional em coordenação, tendo por base o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Neste sentido, aperfeiçoar as práticas de trabalho na escola infantil através da reflexão contribuirá com a construção da identidade da educação infantil e da atuação do coordenador pedagógico.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Reflexão da prática; Coordenador Pedagógico.

## **ABSTRACT**

### **THE COORDINATOR OF DEMAND IN EDUCATIONAL CHILD EDUCATION SCHOOL**

This work aims to investigate the pedagogical practice in children's education and the professional's performance in coordination, based on the provisions of the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education. In this sense, improving work practices in children's school through reflection will contribute to the construction of the identity of children's education and the pedagogical coordinator's action.

**Palavras-chave:** Child Education; Practice reflection; Pedagogical Coordinator.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Primeiro momento com o todo o grupo. ....	36
<b>Figura 2:</b> Trabalhos em grupos .....	37
<b>Figura 3:</b> Trabalhos em grupos .....	37
<b>Figura 4:</b> Reunião com a comunidade.....	38
<b>Figura 5:</b> Reunião com a comunidade.....	38
<b>Figura 6:</b> Estudo do PPP.....	38
<b>Figura 7:</b> Momento de discussão com o grupo sobre o PPP e Diretrizes. ....	39
<b>Figura 8:</b> Segundo momento de discussão com o grupo, esclarecimentos, apontamentos e análise. ....	39
<b>Figura 9:</b> Reflexão acerca do PPP, explanação da coordenadora pedagógica ao grupo. ....	40

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
2.1 A prática reflexiva dos professores na educação infantil .....	15
2.2 A proposta político pedagógica.....	18
2.3 O coordenador pedagógico e as diretrizes curriculares da educação infantil .....	20
2.4 Função sociopolítica e pedagógica tendo como base o PPP e currículo ....	22
2.5 O professor, os materiais, os espaços e os tempos .....	25
2.6 A visão de criança: sujeito do processo da educação .....	27
2.7 O perfil e desafios do coordenador pedagógico .....	30
2.8 A importância do coordenador pedagógico na educação infantil.....	32
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>36</b>
<b>4 AÇÕES ANALISADAS .....</b>	<b>41</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs/2009 imprimem demandas para a efetivação da política de Educação Infantil, trazendo desafios para as questões que dizem respeito: às propostas pedagógicas, aos conhecimentos e práticas dos professores, ao cotidiano e projetos desenvolvidos junto às crianças, ou seja, o conjunto de práticas que orientam o currículo da educação infantil.

Neste arcabouço se refletem as ações do coordenador pedagógico que atua em escola de educação infantil, onde está colocada a necessidade de revisitarem-se as práticas postas para o exercício desta atividade. O desafio de estar coordenador pedagógico é exercido por profissional, que por sua vez, deve conceber o processo educacional e a dinâmica da escola que envolve: o planejamento, desenvolvimento e avaliação do Projeto Político-pedagógico, a parceria com as famílias das crianças sobre as perspectivas de trabalho pedagógico que ocorrem mediadas pelo professor.

Definir o papel e a identidade do coordenador pedagógico, no dia a dia do espaço da educação infantil constitui-se, um dos desafios colocados. Deste modo, este é um diálogo importante, que deve se estabelecer a partir das DCNEIs.

As DCNEIs entendem a criança enquanto sujeitos do processo de aprendizagem, sujeito histórico, centro do planejamento curricular, que produz cultura a partir de suas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizada e por ela estabelecida com adultos e com crianças. Ainda, trazem em seu escopo a valorização dos profissionais que nesta etapa atuam, concebendo que o professor se constitui em relação e em constante processo de aprendizagem, cuja profissionalidade e identidade estão em evolução de construção.

Entender a demanda da prática do coordenador pedagógico para a educação infantil em consonância ao disposto no Regimento Escolar e nas DCNEIs foi o objeto desta pesquisa. Os objetivos estabelecidos foram desenvolver a prática da coordenação pedagógica a serviço da particularidade da educação infantil.

Este Projeto de Intervenção se desenvolveu em escola de educação infantil da Rede Municipal de Ijuí, que apresento na sequência, e teve como público-alvo o segmento dos profissionais da educação infantil: professores e demais profissionais da educação que atuam na escola. Para efeito desta produção, serão denominados

“profissionais da educação” aqueles que detêm cargo de monitores e auxiliares de educação infantil.

A Escola Municipal de Educação Infantil foi construída com recursos provindos da Holanda e materiais usados da demolição da antiga Caixa Econômica Federal, a Instituição recebeu este nome como forma de agradecimento a senhora Maria Barriquello, que doou o terreno à prefeitura.

Foi inaugurada em 31/03/85, com o nome de “Creche Maria Barriquello”, estando presente o Exmo. Senhor Prefeito Vanderlei Burmann, Exmo. Senhor Deputado Federal Amaury Muller e esposa, o Exmo. Senhor Deputado Estadual Breno Orlando Burmann, o Senhor Presidente da Câmara Municipal José Zanchet, vereadores, secretários municipais, e demais autoridades e moradores do bairro.

A Escola atende crianças de zero a cinco anos de idade em turno integral e semi-integral (manhã e tarde), divididas em turmas de Berçários, Maternais e Pré-escola, atendendo crianças do bairro e dos bairros vizinhos.

Até o ano de 1996, a escola foi mantida pela Secretaria da Ação Comunitária e, a partir do ano seguinte, assim como as demais Escolas Infantis do Município, passou a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, enquadrando-se às determinações da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

No município de Ijuí a lei nº 3540 de 02 de junho de 1999 disciplina a organização do sistema municipal de ensino do município. Em seu Art. 1º dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino de Ijuí, tendo em vista a educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias do Município. No parágrafo Único, dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino do Município de Ijuí tem como base legal a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, a Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9394, de 20/12/96, a Lei Federal nº 9424, de 24/12/96; que Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e a Lei Orgânica do Município de Ijuí.

No título II a Lei dispõe sobre a organização do sistema municipal de ensino. Seu artigo segundo reza o seguinte:

Art.2º: Integram o Sistema Municipal de Ensino as seguintes instituições e órgãos:

- I - As instituições de Ensino Fundamental, Médio e de Educação Infantil, mantidas pelo Poder Público Municipal;
- II - As instituições de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, situadas no Município;
- III - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- IV - O Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Para viabilizar a participação da sociedade organizada em decisões gerais sobre a educação no município será estimulado e articulado pelos órgãos previstos nos incisos III e IV do caput, deste artigo, o funcionamento do Fórum Municipal de Educação, de livre organização e aberto a participação de órgãos, entidades e associações em funcionamento regular no município e de munícipes interessados.

Com relação aos profissionais, atualmente, cada grupo etário é atendido por um professor, com formação em nível superior, específica na área da pedagogia, enquanto responsável pela prática pedagógica e por um auxiliar da educação infantil, com formação em ensino médio completo. Este quadro de recursos humanos se estabeleceu para as escolas da Rede Municipal desde 1999, quando através de concurso público, foram nomeados quarenta (40) professores, com o curso de Magistério e, que no decorrer do período em que permaneceram trabalhando na escola, buscaram a habilitação em nível superior.

No ano de 2000 a escola passou a ter uma equipe diretiva formada por uma diretora e coordenadora pedagógica, e no ano seguinte ocorreu o primeiro processo eleitoral da Escola.

A partir disso redimensionou a prática com a teoria através do aperfeiçoamento e formação contínua das educadoras que trabalham no grupo. Uma parte desta formação é oferecida pela mantenedora, outra oferecida pela escola, além do que cada um busca individualmente através de seminários, ciclos de estudos.

Com relação à caracterização estrutural de nossa escola, um dos ganhos mais significativos, sem dúvida, foi à conquista da ampliação do espaço físico, que iniciou na metade de 2003, sendo inaugurado em 18/04/04. Esta ampliação possibilitou um atendimento maior à demanda, reivindicação da comunidade escolar.

Com as salas mais amplas e ventiladas, o atendimento às crianças adequou-se às normas estabelecidas, melhorando a qualidade e a quantidade deste atendimento, uma vez que com o aumento dos espaços físicos, houve mais disponibilidade de vagas.

Com a ampliação, aumenta também o número de funcionárias e professoras para prestar atendimento às crianças, o que favoreceu também a reestruturação da

proposta pedagógica, ampliando os encontros de formação continuada que oportunizaram a sustentabilidade desta proposta.

Aliado a isso, surge à necessidade de estruturar um trabalho que envolvesse mais as famílias. Que buscasse nelas um meio de chegar até a criança com mais atenção as suas particularidades. Com isso, as famílias foram convocadas e incentivadas a participar dos encontros de formação continuada, das reuniões, festejos e eventos. Dessa forma, a escola busca na infância o alicerce para direcionar sua prática pedagógica, observada as concepções e organização curricular da proposta curricular “Tempo e Espaço de ser Criança”, construída em conjunto pelos professores das escolas infantis da rede municipal.

A Escola atende em média 190 crianças provenientes do bairro Glória e de bairros vizinhos cujas famílias confiam seus filhos para que possam trabalhar com tranquilidade. A escola atende crianças em período integral e semi-integral, e são atendidos por profissionais com carga horária de 20 e 30 horas semanais.

Na década de noventa, a escola ainda concebia o atendimento as crianças sob o paradigma assistencialista, uma vez que as crianças eram deixadas na escola para serem cuidadas nos aspectos afetivos, emocionais, alimentares e de higiene. Nas últimas gestões, tem se percebido o quanto isso mudou. Hoje as crianças que vêm para a escola, tem um atendimento educacional, para a interação com as outras e para a interação com as diferentes atividades pedagógicas planejadas para cada faixa etária.

A Escola possui uma área de alvenaria construída de 534,28 m<sup>2</sup>, dividida em:

- 8 salas
- 3 banheiros infantis
- 2 banheiros para os adultos
- Refeitório
- Cozinha
- Lavanderia
- Cantina
- Sala dos colchões
- Sala dos professores/AEE
- Secretaria
- Recepção

- Sala da direção/coordenação
- Sala de recreação

Além disso, temos como espaços externos o solário, a pracinha e o gramado.

São nestes espaços que acontecem o atendimento as crianças, incluindo educação e cuidados num contexto lúdico e pedagógico que contemple as diferentes faixas etárias.

As crianças são matriculadas nas turmas de acordo com a idade, sendo atendidas pelas professoras, e demais profissionais da educação; todas orientadas e auxiliadas por uma coordenadora pedagógica em cada turno, além de uma diretora e uma secretária.

Cada ambiente escolar dispõe de características próprias nas quais famílias, crianças e educadoras se inserem de forma a construir, além de vínculos educativos, vínculos sociais e afetivos com os quais direcionam sua prática e sua convivência.

A escola é assim um espaço de vivências, sentimentos, trocas, experiências, aprendizagens, enfim é um lugar onde se constroem laços muito fortes entre as pessoas que lá convivem.

O Regimento da Escola, campo da pesquisa, tem pontuado as atribuições do coordenador escolar enquanto gerenciamento e supervisão das atividades relacionadas ao processo de ensino. De acordo com o regimento escolar no artigo 23 o coordenador pedagógico é denominado como:

É o membro do Magistério Público Municipal, designado para a função, ao qual compete coordenar as ações pedagógicas, retomando-as constantemente no coletivo do grupo para que se efetivem de maneira coerente e comprometida com os princípios e metas definidas pela Proposta Político-Pedagógica, escolhidos nos termos da Lei (Regimento Escolar, art.23).

No artigo 24 do mesmo regimento constam as atribuições do Coordenador Pedagógico, além das previstas em Lei:

- I. articular e desafiar o grupo à constantes melhorias qualitativas no trabalho pedagógico, estimulando a iniciativa com vistas ao crescimento profissional de todos que trabalham na escola;
- II. promover com o grupo dinâmica curricular que atenda as necessidades da criança, considerando o meio em que vivem;
- III. organizar a rotina diária, acompanhando o desenvolvimento do trabalho pedagógico, sempre observando o desenvolvimento, as necessidades da criança e os encaminhamentos junto aos pais, bem como das educadoras;

- IV. promover o aperfeiçoamento sistemático do grupo nos encontros de planejamento, nas discussões sobre a prática educativa, bem como na construção da proposta de trabalho;
- V. organizar e selecionar material didático-pedagógico, que visem auxiliar nas atividades, nos registros desta prática e no processo de avaliação;
- VI. articular o processo de integração da escola com a família e a comunidade;
- VII. participar sempre que solicitado, dos eventos promovidos pela Mantenedora, bem como outros cursos que venham a enriquecer o trabalho educativo da escola;
- VIII. registrar, periodicamente registros o trabalho educativo que é realizado com as crianças, subsidiando e avaliando o trabalho das educadoras, além de reorientá-los quando necessário;
- IX. acompanhar e analisar os diferentes instrumentos de capacitação docente;
- X. atuar de forma moral e idônea nos termos da Lei garantindo e preservando o bom nome da Escola;
- XI. participar de ações de capacitação, concretizando seu papel de estudante e pesquisador como atitude necessária a seu aperfeiçoamento profissional;
- XII. participar dos momentos de construção da Proposta Político Pedagógica da escola; e
- XIII. participar na organização e elaboração do Regimento Escolar.

No processo de construção da identidade da nossa escola, pensamos que é de fundamental importância compreender como se dá o desenvolvimento e o aprendizado infantil, sendo necessário aos profissionais, o conhecimento e aprofundamento de fundamentações teóricas, a fim de construir um embasamento compreensivo para auxiliar nas situações de aprendizagem de cada criança.

Neste contexto desenvolve-se o presente trabalho de conclusão de curso que aborda a pesquisa realizada durante um Projeto de Intervenção (PI), em uma escola pública de educação infantil da rede municipal de educação, onde a pesquisadora buscou analisar a atuação do coordenador pedagógico nesta etapa da educação, em diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009 e referenciais teóricos que contribuem para as práticas na educação infantil, assim como, para cumprir com a função sociopolítica e pedagógica da etapa.

No capítulo dois apresento a fundamentação teórica na qual embasei este trabalho, sobre o sentido da avaliação na educação infantil, a Proposta Político Pedagógica, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e também a função sociopolítico e pedagógica, tendo como base o currículo. No capítulo são abordados temas sobre o professor, os materiais, os espaços e os tempos e ainda o perfil e desafios do coordenador pedagógico.

No capítulo seguinte apresento a metodologia utilizada que foi a pesquisa ação, por entender que esse tipo de pesquisa permite a interação com o objeto

pesquisado, no caso, a inserção da pesquisa no fazer reflexivo e refazer da ação da pesquisadora.

Assim de acordo com a análise realizada observou-se que embora a escola tenha o Plano Político Pedagógico como eixo norteador e também todas as orientações do órgão mantenedor, na prática a ação desenvolvida na escola não reflete, ou seja, não traduz o que está escrito no PPP. No entanto, no regimento escolar constam as autorizações do coordenador pedagógico que expressam sua intervenção para que o PPP se efetive.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção apresento os referenciais que constituem a base legal e teórica para as análises posteriormente apresentadas. A construção desta reflexão busca dialogar com as DCNEIs/2009 que dispõe para uma etapa com especificidades próprias e entendimento do contexto para o redesenho da função do coordenador pedagógico.

Um desenho pautado no olhar e na escuta diligente no que é principal da educação infantil, a criança, sujeito de direitos, produtor de cultura e centralidade do planejamento, assim como na oitiva necessária aos adultos para dar condição ao desenvolvimento da sensibilidade necessária à atuação destes educadores. Um olhar e uma escuta para o todo de uma etapa que é diferente do processo de escolarização das outras que compõe a educação básica, que atende uma população de zero a cinco anos, mas com competências próprias da faixa etária, com práticas educacionais que entendem que o cuidado é processo educativo em cumprimento ao respeito à sua dignidade como pessoa humana.

É diferenciada porque requer profissionais que no exercício cotidiano do diálogo e estudos aprimorem sua prática, que sejam valorizados e reconheçam o papel da escola em suas relações com a comunidade, na construção de conhecimentos produzidos e sistematizados a partir de suas intervenções pedagógicas que repercutem para a qualidade da educação ofertada.

Destarte, prevalece evoluir a partir do disposto na legislação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, Resolução CNE/CEB N5 e Parecer CNE/CEB N20.

### **2.1 A prática reflexiva dos professores na educação infantil**

Desde 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), a educação infantil passou a integrar a Educação Básica com o ensino fundamental e o ensino médio. Segundo a LDB em seu Cap. II, Seção II, Art. 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

A partir do momento que a LDB estabeleceu a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica é que se começou realmente uma reflexão sobre a necessidade de construção da identidade da educação infantil e de práticas que valorizem a especificidade da etapa. O atendimento começa a perder o caráter assistencialista, que prevaleceu durante muito tempo, adquirindo um caráter pedagógico. Atualmente é esta definição que temos de Educação Infantil e de criança, respectivamente, conforme as DCNEIs:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. [...] Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12, grifo nosso).

A Lei 9.394/96, na seção II, artigo 31, sobre a avaliação diz que, “[...] na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996). A Resolução DCNEIs/2009 escreve:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

O texto da norma explicita a necessidade de acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento da criança. Em que pese à associação do termo avaliação o Parecer explica:

A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades. Espera-se, a partir disso, que o professor possa pesquisar quais elementos estão contribuindo, ou dificultando, as possibilidades de expressão da criança, sua aprendizagem e desenvolvimento, e então fortalecer, ou modificar, a situação, de modo a efetivar o Projeto Político-Pedagógico de cada instituição. A avaliação, conforme estabelecido na Lei nº 9.394/96, deve ter a finalidade de acompanhar e repensar o trabalho realizado.

Logo, a avaliação se faz para a prática pedagógica uma reflexão necessária para o direcionamento da prática e que, demanda contumaz postura pesquisadora dos profissionais da educação, de forma a cumprir o que pactuado em termos de projeto educacional para a escola. Isso repercute diretamente na atuação da coordenação pedagógica.

De acordo com Catarina Moro a avaliação não pode se basear em juízo subjetivo. Ao contrário, precisa submeter os diferentes elementos e praticas do contexto educativo a uma observação e investigação sistemáticas (MORO, 2015, p. 33).

Assim, ao pensar sobre a ação, encontram-se profusos momentos para a formação. Isso acontece à medida que professores e coordenadores agem conjuntamente observando, discutindo e planejando, vencendo as dificuldades, expectativas e necessidades, [...] (ALMEIDA, 2006, p. 102).

Dessa maneira entende-se que a função do coordenador pedagógico precisa ser pensada dentro do processo que envolve as ações políticas desenvolvidas no ambiente da escola de educação infantil, sempre respeitando as diretrizes da Política Educacional Nacional e a lei vigente, assim ele atua como agente articulador, que busca a organização, fazendo o papel de intermediário, tornando vivo e ativo o trabalho pedagógico.

Segundo Lück (2003, p.91) também são atitudes pertinentes ao trabalho do coordenador pedagógico, a organização de momentos de estudos para e com os

educadores com os quais trabalha, a fim de que os professores aperfeiçoem suas habilidades, buscando novos conhecimentos, repensando suas práticas e buscando novas metodologias para seu trabalho diário.

## 2.2 A proposta político pedagógica

De acordo com a legislação a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e ofertada em estabelecimentos educacionais, neste sentido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional exara com relação à proposta pedagógica:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

[...]

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009).

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

De acordo com Alves (2007) o Projeto pedagógico não é somente uma intenção, ou escrita, nem uma exigência de ordem administrativa, isto é, precisa “expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de Educação, bem como, às necessidades locais e específicas da clientela da escola”. É a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade.

Os profissionais da educação são incitados à construção de um projeto educacional que, no dia a dia, considere a forma como as crianças descobrem, interpretam e agem sobre o mundo e sobre si mesmas.

A proposta pedagógica, ou projeto pedagógico, é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para o desenvolvimento dos meninos e meninas que nela são educados e cuidados, as aprendizagens que se quer promovidas.

Como bem-posto pelo Parecer acima, entendemos que este plano é projeto porque reúne propostas de ação concreta a ser executada durante determinado período de tempo e é sociopolítico porque tem a escola como espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando, os rumos que ela vai seguir. É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Por sua proposta de orientar e organizar, o Projeto Político Pedagógico fortalece as ações pedagógicas, pois ele indica a melhor direção para toda a comunidade escolar. Por ter tantas informações relevantes, o PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação de todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão.

Projeto é a palavra usada para significar uma intenção, um propósito de ação, uma proposta para se alcançar um determinado fim. A escola é o lugar de realização do projeto, uma vez que precisa organizar todas as suas ações em torno de uma prática que concilie desenvolvimento, socialização e aprendizagem. É através dele que a escola articula suas intenções, prioridades, finalidade e caminhos escolhidos para efetivar sua função social.

O projeto é composto através das observações referentes aos interesses das crianças e da comunidade escolar, sob o foco de discussões e problematizações do grupo escolar, o qual vai sendo ampliado à medida que sendo desenvolvido. Ao projeto cabe definir intenções, identificar e analisar as dificuldades que vão se apresentando, os educadores estabelecem relações, apontam metas e objetivos comuns, no propósito de melhor tecer, no coletivo, o fio articulador para o trabalho de toda a escola, na direção que se pretende seguir.

Ponderar a escola enquanto espaço educativo é pensá-la em um projeto dinâmico e relacional como descreve:

Um projeto é uma abertura para possibilidades amplas de encaminhamento e de resolução, envolvendo uma vasta gama de variáveis, percursos imprevisíveis, imaginativos, criativos, ativos e inteligentes, acompanhados de uma grande flexibilidade de organização (BARBOSA; HORN, 2008, p. 31).

Dessa forma a construção do Projeto Político Pedagógico e sua organização acontecem como um compromisso da comunidade escolar e orientador do trabalho pedagógico na instituição para a coordenação pedagógica, para a direção escolar e para os educadores. Onde o coordenador pedagógico deve promover ações com o grupo todo e que enriqueçam as práticas e ao lado dos professores podem encontrar as soluções para os problemas do cotidiano.

O profissional que assume essa função precisa ter consciência dos desafios a serem enfrentados. O mesmo deve ser dinâmico e estratégico estar atento às mudanças que ocorrem na sociedade e acima de tudo atuar com o objetivo de cumprir a proposta pedagógica da unidade escolar (LÜCK, 2003, p. 97).

O Parecer que revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ao definir o currículo para a Educação Infantil assim expressa:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades (Parecer CNE/CEB N20/2009, p. 7).

Conforme Oliveira, “Consulta Pública sobre Orientações Curriculares Nacionais da Educação Infantil”, ao refletir sobre o currículo na educação infantil: o que propõem as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, assim expressa:

O debate sobre o currículo na Educação Infantil tem gerado muitas controvérsias entre os professores de creches e pré-escolas e outros educadores e profissionais afins. Além de tal debate incluir diferentes visões de criança, de família, e de funções da creche e da pré-escola, para muitos educadores e especialistas que trabalham na área, a Educação Infantil não deveria envolver-se com a questão de currículo, termo em geral associado à escolarização tal como vivida no ensino fundamental e médio e associado à ideia de disciplinas, de matérias escolares. Receosos de importar para a Educação Infantil uma estrutura e uma organização que têm sido hoje muito criticadas preferem usar a expressão ‘projeto pedagógico’ para se referir à orientação dada ao trabalho com as crianças em creches ou pré-escolas (2010, p.4).

### **2.3 O coordenador pedagógico e as diretrizes curriculares da educação infantil**

As DCNEIs, Parecer CEN/CEB N20/2009 dispõem ao longo do texto a criança enquanto sujeito de direitos e centralidade do planejamento curricular. Este

paradigma traz para o cenário da educação infantil a necessidade de se construir práticas sob a ótica deste parâmetro.

Ao tratar dos objetivos e condições para a organização curricular as DCNEIs escrevem que as escolas de educação infantil devem assegurar a educação na sua integralidade, não dissociando o cuidado da educação assim expõem:

As práticas pedagógicas devem ocorrer de modo a não fragmentar a criança nas suas possibilidades de viver experiências, na sua compreensão do mundo feita pela totalidade de seus sentidos, no conhecimento que constrói na relação intrínseca entre razão e emoção, expressão corporal e verbal, experimentação prática e elaboração conceitual. As práticas envolvidas nos atos de alimentar-se, tomar banho, trocar fraldas e controlar os esfíncteres, na escolha do que vestir, na atenção aos riscos de adoecimento mais fácil nessa faixa etária, no âmbito da Educação Infantil, não são apenas práticas que respeitam o direito da criança de ser bem atendida nesses aspectos, como cumprimento do respeito à sua dignidade como pessoa humana. Elas são também práticas que respeitam e atendem ao direito da criança de apropriar-se, por meio de experiências corporais, dos modos estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção de saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma, mediada pelas professoras e professores, que intencionalmente planejam e cuidam da organização dessas práticas (Parecer CNE/CEB N20/2009, p. 9-10).

Entende-se que neste sentido a formação dos professores é de suma importância, a fim de entenderem que uma educação pautada na lógica do direito à educação desde o nascimento, considera o cuidado como parte inerente à pessoa e sua condição ou etapa de desenvolvimento.

Assim, o coordenador pedagógico tem um papel bastante abrangente na escola como: acompanhar o planejamento e execução das atividades pedagógicas, promover formação com o grupo de educadores, e neste sentido precisa estar preparado “[...] tendo que se manter sempre atualizado, buscando também a sua formação continuada” (ALMEIDA, 2006, p. 102). Ainda, as DCNEIs reforçam sobre esta questão:

Na Educação Infantil, todavia, a especificidade da criança bem pequena, que necessita do professor até adquirir autonomia para cuidar de si, expõe de forma mais evidente a relação indissociável do educar e cuidar nesse contexto. A definição e o aperfeiçoamento dos modos como a instituição organiza essas atividades são parte integrante de sua proposta curricular e devem ser realizadas sem fragmentar ações (Parecer CNE/CEB N 20/2009, p. 10).

Integrar os envolvidos no processo ensino-aprendizagem mantendo as relações interpessoais de maneira saudável, valorizando a formação do professor e

a sua, é condição se considerarmos que as práticas educacionais na educação infantil precisam ser construídas a partir do paradigma do direito e da criança enquanto centro do planejamento, propor a não escolarização com modelo no ensino fundamental, é construir com o conjunto dos professores e com base na experiência das práticas exercidas a construção de uma educação de qualidade.

Nessa perspectiva faz se necessário que o coordenador pedagógico mantenha o dialogo com os docentes, pois a realização do trabalho coletivo na escola depende de todos os envolvidos no espaço escolar, no entanto, o coordenador tem papel de destaque nesse trabalho uma vez que supervisiona, acompanha assessora, apoia e avalia as atividades pedagógicas (ALMEIDA, 2006, p. 103).

#### **2.4 Função sociopolítica e pedagógica tendo como base o PPP e currículo**

Para refletirmos sobre a função sociopolítica pedagógica de uma instituição escolar precisamos buscar um entendimento mais amplo sobre educação enquanto prática social que se dá nas relações que as pessoas estabelecem entre si e, portanto, constituinte de sujeitos sociais.

Para que a escola possa cumprir sua função sociopolítica é preciso que o estado assuma sua responsabilidade coletiva na educação das crianças, completando assim a ação das famílias. Aliado a isso a educação infantil constitui-se de estratégias de promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Por último cumprir sua função sociopolítica e pedagógica implica em assumir responsabilidade de torna-las espaços privilegiados de convivência de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes oportunidades educacionais entre crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bem culturais e às possibilidades de vivência na infância. Ainda para cumprir a função sociopolítica e pedagógica requer que se ofereça melhores condições e recursos construídos e culturalmente para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais e possam se manifestar e ver suas manifestações acolhidas na condição de sujeitos de direitos e desejos.

A partir disto a Resolução CNE/CEB N5/2009 dispõe:

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil **deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:**

- oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

- assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional e linguística (grifo da autora).

As DCNEIs ao dizerem da função sociopolítica e pedagógica, apontam que “A redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos [...] são compromissos a serem perseguidos [também] pelos professores na Educação Infantil” (p.35)

Isso significa que a escola na produção de novas formas de socialização e de subjetividades comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade da pessoa humana, com o reconhecimento da necessidade de defesa do meio ambiente e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam a sociedade.

Então para que se efetivem as relações entre as crianças e os adultos, entre elas, seja de confiança e respeito, onde o diálogo permeie as experiências vivenciadas. É preciso assim acolher todos os dias as crianças em nossas escolas e zelar para que seu direito seja assegurado. Dessa forma, encaminham-se as prioridades e necessidades apresentadas pelas crianças, para após, planejar as ações que são as atividades e situações necessárias para se compreendam como sujeitos do processo de construção de sua identidade, participem e cresçam em domínio da linguagem, apropriação de conceitos, desenvolvimento de habilidades, competências e vivência de valores, além da assimilação dos conhecimentos das diferentes áreas. Ainda as DCNEIs apontam com relação às propostas:

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

§ 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho

coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;

II - a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;

III - a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

IV - o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;

V - o reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;

VI - os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;

VII - a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

VIII - a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;

IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

X - a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

Trabalhamos com a metodologia de “projetos pedagógicos”, buscando criar, organizar e proporcionar diferentes espaços, tendo como objetivos garantir à criança o disposto no artigo 8º das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Conforme Barbosa “um projeto educacional não é apenas uma escolha entre um ou outro modelo de vida. O processo educacional, principalmente aquele presente nos sistemas de ensino, é uma decisão política acerca do futuro de uma sociedade” (2009, p. 12).

Neste contexto, surge a “rotina”, que é a organização do espaço e do tempo no ambiente pedagógico e que oferece momentos que oportunizem o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos. Ela é também um meio de proporcionar uma forma de organização, pois depois de um determinado tempo, elas acabam se organizando para os passos dessa rotina, criando uma ordem natural para cada parte, deixando então de ser uma ordem.

As atividades de rotina no grupo contribuem, de forma direta ou indireta, para a construção e o desenvolvimento da autonomia organizacional, uma vez que são competências que perpassam as vivências das crianças, proporcionam condições

de compreensão estrutural dos momentos vivenciados no espaço escolar em prol da extensão de atitudes de organização e rotina também fora do contexto escolar.

Levando-se em consideração que a sala de aula é um dos espaços privilegiados para a realização de experiências de toda a natureza, e sua organização estimula a autonomia, a iniciativa e a responsabilidade, organizar o cotidiano das crianças pressupõe então pensar em uma sequência de atividades diárias, fruto da leitura que fazemos do grupo. Dessa forma, de acordo com Barbosa e Horn:

É importante que o educador observe do que as crianças brincam como estas brincadeiras se desenvolvem o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte (2001, p. 67).

No que se refere à organização das atividades, são necessários momentos diferenciados, organizados de acordo com as necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais das crianças. A forma de organizar o trabalho deve possibilitar o envolvimento das crianças em sua construção, que terá dimensões diferentes se tomarmos como referência a faixa etária das mesmas (BARBOSA; HORN, 2001, p. 67-9).

Com as crianças bem pequenas, por exemplo, é fundamental observarmos sua linguagem, a qual se manifesta através dos gestos, olhares, choro... Já com as maiores, é possível dialogar e compartilhar combinações. A ideia é que as atividades planejadas diariamente devem contar com a participação das crianças garantindo às mesmas a construção das noções de tempo e de espaço, possibilitando-lhes a compreensão do modo como as situações sociais são organizadas e, sobretudo, permitindo ricas e variadas interações sociais (BARBOSA; HORN, 2001, p. 67-9).

## **2.5 O professor, os materiais, os espaços e os tempos**

De acordo com Barbosa e Horn (2001, p. 71), é necessária que haja uma sequência de atividades que sejam pensadas a partir da realidade da turma e da necessidade das crianças. Neste momento, é essencial que haja a sensibilidade do

educador para entender a criança como sujeito ativo, reconhecendo as suas singularidades, considerando não somente o contexto sociocultural deste, como também o da instituição.

Esta organização do tempo, que se repete diariamente deve ser construída deste conjunto de atividades que possibilitam, entre outras competências, a iniciativa, a segurança, a confiança, etc. Assim, para proporcionar estas atividades, é necessário, sobretudo, fazer um planejamento pensando nos momentos mais adequados e no local em que serão realizadas. De acordo com a proposta curricular a rotina precisa prever momentos em que o professor pensa e planeja as atividades, e outros, em que o grupo de crianças é desafiado a interferir e contribuir na escolha das mesmas.

Sabendo que tudo no ambiente escolar exerce influência na educação da criança, sejam as cores, a arrumação da sala de aula, o refeitório, o espaço externo, pensamos que a organização dos espaços na Educação Infantil é essencial, pois oportuniza o desenvolvimento de potencialidades e propõe novas habilidades cognitivas, motoras e efetivas. Nesse contexto, por exemplo, um gramado com árvores, bancos de praça de alturas diversas, mesa e bancos permanentes, podem oferecer oportunidades diferenciadas às que geralmente são realizadas apenas nas salas de aula como desenho, pintura, recorte, culinária, modelagem, entre outros (FIGUEIREDO, 2004, p. 104).

Buscando uma perspectiva de sucesso para a aprendizagem, é preciso que a organização deste espaço, seja pensada como um ambiente acolhedor e prazeroso para a criança, ou seja, um lugar onde as crianças possam se expressar, criar e recriar, explorar materiais diversificados sentindo-se estimuladas e autônomas.

Partindo desse pressuposto, temos na hora da roda é um dos mais importantes momentos na Educação Infantil, pois a partir dela, as crianças são recebidas em um ambiente que transmite segurança a fim de permitir sociabilidade oral, imaginativa, criatividade, fantasias, de modo a contribuir também para o saber compreender combinados e regras no desenvolvimento de cada atividade a ser realizada. Conforme Figueiredo (2004, p.104):

Este momento é presente na rotina de diversas instituições e, podemos afirmar um dos mais importantes para a organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento das crianças. Assim, pode-se explorar neste contexto, a estimulação da construção de conhecimentos a cerca de

diversos códigos e linguagens; jogos dos mais variados tipos de modo a ampliar as habilidades motoras, cognitivas e capacidades de concentração, atenção e interação da criança em grupo.

Nesse sentido, as instituições de educação infantil precisam proporcionar um espaço adequado para que as crianças se sintam seguras para desenvolverem seus movimentos, vencendo os desafios. Aprender a mover-se envolve atividades como tentar, praticar, pensar, tomar decisões, avaliar, ousar e resistir, considerando-se que o trabalho pedagógico precisa levar em consideração a expressividade e o movimento próprio de cada criança (FIGUEIREDO, 2004, p. 104).

Outro aspecto a ser levado em conta, na estruturação do tempo e espaço na escola, são as questões relacionadas à saúde da criança. “Os momentos como café, almoço e higiene são mais do que a satisfação das necessidades fisiológicas das crianças, elas são situações ricas em potencial para partilhar experiências, além de serem momentos pedagógicos muito importantes que devem ser valorizados, buscando aprimorar ou criar hábitos saudáveis que serão refletidos também na família” (CAVAGNARI, 1988, p.8).

Assim constatamos que na escola é importante aprofundar conhecimentos sobre os cuidados com relação à saúde, higiene e alimentação, porém, esta não é a única responsável por estes cuidados, é preciso que estabeleçamos parcerias com a família.

Por isso o professor exerce papel fundamental na intervenção e organização desses momentos, incentivando os hábitos saudáveis sobre higiene e nutrição permitindo um tempo adequado para as refeições, além de incentivar para que experimentem alimentos variados sempre, observando e respeitando as preferências individuais de cada criança a fim de que o momento da alimentação seja prazeroso e tranquilo.

## **2.6 A visão de criança: sujeito do processo da educação**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009, na Resolução Nº 5, expressam:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia,

constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

No processo de construção da identidade da nossa escola, pensamos que é de fundamental importância compreender como se dá o desenvolvimento e o aprendizado infantil, sendo necessário aos profissionais, o conhecimento e aprofundamento de fundamentações teóricas a fim de construir um embasamento compreensivo para auxiliar nas situações de aprendizagem de cada criança.

Para Piaget, a criança é um sujeito cognitivo que se estrutura num processo evolutivo, respeitando estágios de desenvolvimento, que vão do mais simples aos mais complexos. Assim, o conhecimento se constrói a partir da ação do sujeito sobre o objeto, ou seja, de adaptações da criança ao meio.

Na abordagem sociointeracionista a criança se constitui na interação com o meio, transformando-o e por ele sendo transformado. Assim, todas as funções no desenvolvimento da criança, aparecem primeiro num nível social entre as pessoas, e também no coletivo, e depois, num nível individual no interior da criança. Portanto, seu desenvolvimento resulta das diversas interações realizadas por ela, com relação ao meio. Ele identifica dois níveis de desenvolvimento: o nível de desenvolvimento real, que se refere aquilo que a criança faz sozinha, e o nível de desenvolvimento potencial, que se refere àquilo que ela é capaz de fazer mediante ajuda de outra pessoa. A distância entre esses dois níveis caracteriza a “Zona de Desenvolvimento Proximal” (ZDP), que define as funções que ainda não se desenvolveram na criança.

Neste sentido, destaca-se a importância da dimensão social como referência para o processo de ensino e aprendizagem das crianças, pois aprendizagem é uma atividade de mediação para a qual são providas as condições e os meios para que as crianças tornem-se sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento.

A aprendizagem, que surge naturalmente da interação entre as pessoas e o ambiente, e consiste na observação de objetos e acontecimentos, pelo contato com os meios de comunicação, leituras e conversas nas quais as pessoas vão acumulando experiências e informações e, assim, construindo conhecimentos.

Além disso, consideramos que há também a influência de fatores afetivos e sociais. A consolidação dos conhecimentos depende do significado que eles têm em relação às expectativas das crianças, à sua realidade e seu meio.

Nessa perspectiva, a construção da linguagem surge como uma forma de ver o mundo, de relacionar-se com ele e recriá-lo.

A criança desde o momento do seu nascimento é envolvida por um universo de linguagens, dentre as quais está fundamentalmente à linguagem verbal. Essa questão pode ser verificada a partir de palavras usadas, a princípio, com o objetivo de mostrar o sentimento de carinho sentido pela mãe, pai, tias, avós, e por todos aqueles que usam as palavras para se comunicar com a criança.

No espaço escolar, certamente, vivenciará questões bem mais desafiadoras do que se estivesse fora dele. Isso acontece, porque a escola é o local formal, social e culturalmente destinado ao desenvolvimento de todas as dimensões da criança, seja em âmbito intelectual, social, afetivo e emocional, pois a ação educativa das crianças na escola confere ao professor a responsabilidade de ensiná-las a adquirir novos conhecimentos.

O uso da linguagem, pela criança, tem seu início nos primeiros meses de vida, época em que se repetem sons, imita-se sílabas, palavras. Aos poucos, a linguagem da criança evolui, sem função social, pois não comunica o pensamento, mas acompanha, reforça ou suplementa a ação. O aumento considerável de palavras socialmente significativas permite a expansão das relações que vão ocorrendo entre a maneira de pensar da criança e as informações que ela recebe do mundo.

Ao chegar à escola, a criança domina uma variante linguística de sua comunidade, expressando através dela, suas ideias, sentimentos e necessidades, e vai interagindo com demais componentes do grupo. O falar espontâneo e o comunicar merecem lugar privilegiado na Educação Infantil, uma vez que é através da linguagem que ocorre a maioria das socializações vivenciadas pelas crianças.

Para que a criança construa novas aprendizagens e desenvolva suas potencialidades, a Educação Infantil trabalha de forma diversificada, aproveitando as várias situações do cotidiano, oportunizando o desenvolvimento da linguagem oral, escrita, musical, cênica e plástica; bem como as incorporando nas diferentes áreas do conhecimento.

Portanto, para trabalhar com as diferentes linguagens, acreditamos que se faz necessário, possibilitar às crianças liberdade de expressão de modo que sejam respeitadas na sua forma de se manifestar, sendo isso estimulado pelos educadores

nos momentos de socialização oral na rodinha, via cantigas, por meio de brincadeiras e jogos, narrações de histórias, enfim, uma infinidade de variedade pedagógica do fazer educativo.

Além disso, há também a influência de fatores afetivos e sociais. A consolidação dos conhecimentos depende do significado que eles têm em relação às expectativas das crianças, à sua realidade, ou seja, ao seu meio.

Dessa forma, desenvolvimento e aprendizagens caminham lado a lado, consolidando-se em suporte estrutural para futuras aprendizagens, pois a criança amplia saberes, habilidades e competências ao que traz consigo desde a formação familiar até os seus demais contatos sociais, sendo para nós, uma das bases para esse desenvolvimento integral, o despertar e os estímulos para o saber se expressar, e em especial, saber administrar a linguagem de diferentes modos.

Pensar a escola enquanto espaço educativo é pensá-la em processo dinâmico e relacional como tão bem colocado por Veiga (2013):

A escola é uma realidade temporal instituída. Ela se desenvolve num espaço e tempo histórico; sob as orientações previamente instituídas; sob a gestão de um corpo docente para assegurar as ações educativas no interior da escola; e com a presença do movimento instituinte, responsável por rever o instituído e, a partir dele, instituir outras possibilidades.

Dessa forma a construção do Projeto político pedagógico e sua elaboração acontecem como um compromisso da comunidade escolar e orientador do trabalho pedagógico na instituição para a coordenação pedagógica, para a direção escolar e para os educadores.

## **2.7 O perfil e desafios do coordenador pedagógico**

O coordenador pedagógico tem na escola a função de articular, de formação e que promova transformações. Por isso, ele é o elemento mediador entre currículo e professores, este profissional será, em nosso modo de ver, aquele que poderá auxiliar o professor a fazer as devidas reflexões, considerando as especificidades da educação infantil, as crianças com quem trabalha a realidade sociocultural em que a escola se situa e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem com o grupo, na sala de aula e na escola.

Podemos então dizer que a função do coordenador deve ser mediadora, no sentido de revelar/desvelar os significados das propostas curriculares, para que os professores entendam o sentido da educação infantil e que assim, possam aceitar trabalhar, operacionalizar a proposta educacional.

O coordenador pedagógico então, não vai ser aquele que toma conta dos professores, faz tudo para eles, mas orientá-los, oferecendo condições ao professor para que ele avalie sua prática; fazendo também questionamentos e fazendo com que o professor possa ser reflexivo e crítico em sua prática, criando também condições para que os professores trabalhem coletivamente as propostas curriculares, em função de sua realidade, destacando que isso não é fácil, mas é possível e que a educação infantil é diferente das demais etapas da educação, ou seja, não deve escolarizar. Segundo Oliveira (2010)

O dinamismo hoje presente na área de Educação infantil, ao mesmo tempo em que tem criado esperanças, invoca a necessidade de ampliação dos processos de formação continuada para qualificar as práticas pedagógicas existentes na direção proposta. Muitas instituições encontram-se presas a modelos que já foram avaliados e julgados inadequados como instrumentos de educar e cuidar e promover o desenvolvimento das crianças. Em parte, a presença desses modelos é devida à longa tradição assistencialista presente no processo de constituição da área de Educação Infantil, em particular em relação à creche, o que prejudicou a elaboração modelos pedagógicos mais afinados com as formas de promoção do desenvolvimento infantil (p.14)

Quase 90% dos profissionais que hoje assumem a função de coordenador pedagógico nas escolas vieram das salas de aula, mas não têm formação para uma coordenação pedagógica, que exige mais do que conhecimentos didáticos e metodológicos (ALMEIDA, 2006, p. 102).

Segundo Kincheloe (1997, p. 66) as faculdades de Pedagogia precisam formar futuros professores, diretores e coordenadores, sendo necessário o desenvolvimento de um currículo que possa atender todas as demandas desses futuros profissionais, porém a extensão dessa necessidade não cabe ou não está organizada de modo que seja possível ser detalhada e aprofundada nos anos do curso de Pedagogia e isto acaba dificultando um aprofundamento nos estudos e, conseqüentemente, na formação deste profissional.

Além disso, os coordenadores pedagógicos precisam ainda conhecer estratégias formativas para que possam desempenhar seu papel de formador do grupo de professores que acompanha. Nesse ponto, ter passado pela sala de aula

ajuda os coordenadores a contribuírem com a prática pedagógica docente (ALMEIDA, 2006, p. 103).

O coordenador pedagógico precisa parar de ser o profissional que somente “apaga incêndios” nas escolas. O principal desafio do coordenador pedagógico é conseguir lidar com as dificuldades do dia a dia, mas também pensar em ações de longo prazo que possam agir na raiz do problema da instituição (ALVES, 2007, p. 41).

Precisamos desenvolver alternativas para que a função pedagógica tenha a função de prevenção, desenvolvendo projetos para este fim e que estes estejam em consonância com as reais necessidades da escola atual, pois só assim poderemos alcançar níveis educativos cada vez melhores, visando uma educação básica de qualidade (ALVES, 2007, p. 41-2).

Neste ponto, destacamos também a importância da parceria entre coordenador e diretor escolar. É importante que o diretor também veja no coordenador este agente de formação na escola, organizando pequenas ações do dia a dia entre os componentes da equipe, de modo que este possa desenvolver o seu papel pedagógico e formativo (LUCK, 2003, p. 99).

Nesta corresponsabilidade, ambos assumem o compromisso de colocar em prática o projeto político-pedagógico, sempre com foco nas crianças.

## **2.8 A importância do coordenador pedagógico na educação infantil**

Pensar a prática de ensino-aprendizagem da educação remete refletir a prática educacional a fim de compreender tal importância e abrangência educativa. Ser professor exige comprometimento com a formação e realidade social de nossos educandos, auxiliando-os a tomar consciência das necessidades socialmente existente na sua formação (GLEGLIO, 2003, p. 70).

Assim, a mediação, o questionamento, a pesquisa, a reflexão e as possíveis atuações práticas, constituem-se base para a busca de melhores condições de ensino; mesmo que para isso seja necessário um envolvimento criativo, crítico e responsável do profissional que realmente deseja estar comprometido com a construção dos conhecimentos significativos [...] a fim de que todos possam articular

a relação teoria e prática às respectivas ações educacionais (GLEGLIO, 2003, p. 70).

Nesse contexto, frente às reflexões das práticas de ensino, Almeida (2006, p.43-44), compreende a educação escolar como: “a educação escolar é um processo social, com nítida e incontestável função política, com desdobramentos sérios e decisivos para o desenvolvimento global das pessoas e da sociedade”.

Frente a essa perspectiva, inclui-se o profissional da educação, ao qual seu trabalho deve repercutir respeito quanto à sua importância social e ao seu ofício de ensinar, pois ele, além de toda a responsabilidade com a educação, necessita ter a consciência de seu papel formador a partir de sua postura e determinação quanto ao seu trabalho para que consiga contribuir para a formação dos conhecimentos dos sujeitos aprendizes (GLEGLIO, 2003, p. 70).

Acredita-se que a educação é a base para o desenvolvimento e formação dos seres humanos, com isso ela não deve estar alienada à realidade, devendo dar importância a aspectos relevantes que estão presentes no mundo social e globalizado em que vivemos. Para tanto a LDB (Lei de diretrizes e bases da educação), veio acrescentar informações e obrigatoriedade de extrema importância na educação do Brasil, pois de acordo com a mesma “a educação é direito de todos”, garantindo assim o direito e o acesso ao conhecimento a qualquer cidadão.

Da mesma forma define: “a educação infantil, como sendo a primeira etapa da educação básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (LDB 9394/96, Art.29).

Como se observa neste artigo da lei cabe à escola complementar a ação da família no desenvolvimento integral da criança. Desta forma, compete à educação infantil, um entendimento e o comprometimento acerca de propostas pedagógicas coerentes e consistentes no sentido de propor um trabalho para que as crianças desenvolvam atividades de caráter interativo, capaz de ampliar suas experiências e a relação com o mundo (GLEGLIO, 2003, p. 70).

Todas essas abordagens se complementam na tentativa de responder aos desafios que se expressam no universo escolar, no qual os conceitos de ensino-aprendizagem, e conseqüentemente, a prática pedagógica precisam ser refletidas e assumidas com comprometimento e responsabilidade pelo grupo de profissionais,

objetivando um trabalho coerente e de responsabilidade na formação dos sujeitos envolvidos no processo educativo (GARRIDO, 2009, p. 13).

Levando em consideração, tais afirmações, é pertinente destacar a presença do coordenador pedagógico, como um profissional que desempenha uma tarefa de fundamental importância no desenvolvimento e na construção do trabalho educativo. Essa construção/reconstrução se dá pelas interações sociais e no grupo, mediadas pela linguagem, onde os sujeitos estruturam e reestruturam seu modo de pensar (GARRIDO, 2009, p. 15).

Nesse sentido, considerando a escola como um espaço coletivo, permeados por subjetividades, individualidade, coletividade, enfim um espaço marcado pelas diferenças a atuação do coordenador pedagógico se faz necessária a partir de uma postura de reflexão para poder entender, analisar e buscar alternativas no sentido de colaborar, contribuir, orientar e cooperar com as questões pedagógico-didáticas práticas do grupo de docentes, constituindo de fundamental importância, portanto, analisar o papel desse profissional: sua ação/orientação poderá (ou não) contribuir para que todas as crianças tenham direito ao desenvolvimento do conjunto de suas potencialidades.

De acordo com o Regimento Escolar, Artigo nº 129/2006-Resolução CEE/TO, “a função de coordenação pedagógica é o suporte que gerencia, coordena e supervisiona todas as atividades relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem, visando sempre à permanência do aluno com sucesso”.

Para tanto, torna-se necessário que o coordenador pedagógico, consciente de seu papel e da importância da formação continuada, conheça a comunidade, seu grupo, a função da educação infantil e torne-se assim um elemento promotor da formação e da transformação, buscando manter a parceria entre escola e comunidade.

Sendo assim, compreende-se que ao coordenador pedagógico cabe desenvolver a sensibilidade para com o outro, buscar, investigar a realidade em que se encontra conhecer e respeitar a cultura do grupo, suas histórias, seus valores e crenças. É como afirma Almeida (2003), na formação docente, “é muito importante prestar atenção no outro, em seus saberes, dificuldades”, sabendo reconhecer e conhecer essa necessidade propiciando subsídios necessários à atuação. Assim, a relação entre professor e coordenador, à medida que se estreita e ambos crescem

em sentido prático e teórico (práxis), concebe a confiança, o respeito entre a equipe e favorece a constituição como pessoa.

Para complementar, de acordo com Vasconcellos (2007, p. 25), a supervisão escolar também é exercida por um educador que, em seus princípios, deve lutar por uma escola mais justa e humana. O foco de seu trabalho visa tanto o individual quanto o coletivo, pois deve auxiliar para o aperfeiçoamento profissional de cada educador integrando-os enquanto grupo”.

Neste sentido, os estudos sobre a coordenação pedagógica vêm de encontro com estas demandas apresentadas pela sociedade, abordando a complexidade que cerca essa função profissional. Portanto refletir os aspectos da atuação profissional da coordenação pedagógica é voltar o olhar a uma educação comprometida à formação do desenvolvimento dos educandos, de modo que esse suporte profissional estabeleça orientação e acompanhamento do grupo docente a fim de contemplar as aprendizagens como um todo.

### 3 METODOLOGIA

A presente investigação será desenvolvida em uma escola a qual terá suporte bibliográfico direcionado que favorece discussões e produções de conhecimentos em suas especialidades no cotidiano escolar no qual se constitui enquanto práticas dos discursos e práticas de convívio social, que favorece as discussões e produções de conhecimentos específicos, bem como as perspectivas sobre a realidade vivida.

É uma pesquisa eminentemente pedagógica, dentro da perspectiva de ser o exercício pedagógico, configurado como uma ação que cientificiza a prática educativa, a partir de princípios éticos que visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática (FRANCO, 2005).

Utilizamos a metodologia através de pesquisa de campo onde realizei a intervenção na escola, assim como primeira atividade algumas questões descritivas para os professores, através desse questionário consegui comprovar a minha hipótese, encontrei nesta atividade mais devolução e menos aceitação por parte dos envolvidos e a avaliando essas considerações propus como encaminhamento reunião de formação para esses profissionais.

**Figura 1:** Primeiro momento com o todo o grupo.



**Fonte:** Registrado pela autora.

Depois desse primeiro momento encaminhei as práticas dinâmicas que se deram através de leituras, com todo o grupo sendo ele, professores, famílias, funcionários da escola enfim toda comunidade escolar, esta dinâmica se realizou com objetivo específico para o grupo conhecer e estudar o Projeto Político

Pedagógico da escola, essa atividade despertou considerável interesse, principalmente por parte de alguns colegas professores e também me fizeram perceber algumas dificuldades e dúvidas advindas dos mesmos. A partir dessa ação surgiu o encaminhamento para novas leituras individuais e novos apontamentos.

A partir daí organizei novo encontro com os professores com o objetivo de se inteirar dele, estudá-lo se apropriar do mesmo por assim dizer, fazendo com que ele faça parte efetivamente das práticas de cada um dentro da escola, nesta atividade foram realizadas discussões entre pequenos grupos e posterior explanação aos demais. Com essa atividade constatei o envolvimento de todos e a partir dessas questões surgiram novos questionamentos, e como resultado de toda essa ação ficou claro que é necessário que o grupo se organize mais frequentemente para momentos de formação.

**Figuras 2 e 3:** Trabalhos em grupos.



**Fonte:** Registrado pela autora.

Com a comunidade escolar também realizei reunião com o objetivo de estudar as novas diretrizes curriculares nacionais, percebi com essa ação que houve contribuições para esse segmento, porém houve desinteresse de alguns e então como resultado dessa prática chegou-se a conclusão que é necessário que sejam organizadas reuniões com turmas específicas para que os assuntos sejam mais bem abordados entre estes.

**Figuras 4 e 5:** Reunião com a comunidade

**Fonte:** Registrado pela autora

Em outra oportunidade foram realizadas novas reuniões com os professores, estas com objetivo de analisar novamente o PPP, estudar as novas diretrizes, agora já de uma forma mais consciente para que possam avaliar melhor a sua prática docente.

**Figura 6:** Estudo do PPP.

**Fonte:** Registrado pela autora.

A coleta de dados para esta pesquisa se deu através de procedimentos de pesquisa e da observação e prática do dia a dia na instituição escolar onde é proposta a intervenção.

As ações que foram executadas na escola para realizar esta pesquisa se constituíram num primeiro instante a coleta de dados junto aos professores através de questões descritivas, dinâmicas através de leituras para conhecer e aprimorar-se com relação ao PPP, através de discussões e explanações, levando-se sempre em consideração as bases das Diretrizes estabelecidas.

**Figura 7:** Momento de discussão com o grupo sobre o PPP e Diretrizes.



Fonte: Registrado pela autora.

Foram organizadas oficinas, formação com professores e monitores, estudo das DCNEIs com o objetivo de construir um diálogo com os mesmos, visto que, entende-se que não é possível modificar a prática do cotidiano escolar se não houver um entrosamento, diálogo, união entre todos. Aliada a todas essas práticas e também as complementando foi realizada análise de cada momento que aconteceu durante essas ações.

**Figura 8:** Segundo momento de discussão com o grupo, esclarecimentos, apontamentos e análise



Fonte: Registrado pela autora.

**Figura 9:** Reflexão acerca do PPP, explanação da coordenadora pedagógica ao grupo.



**Fonte:** Registrado pela autora.

Com as famílias foram realizadas reuniões, também dinâmicas através de leituras para poderem conhecer e entender melhor o Plano Político Pedagógico da escola. Toda a comunidade escolar foi convidada a participar do estudo das diretrizes para melhor se integrar a realidade e fazer parte desta dinâmica pedagógica.

## 4 AÇÕES ANALISADAS

Através de análise por meio das ações que foram desenvolvidas durante a minha intervenção, implementadas por meio de minha ação como coordenadora pedagógica foi possível escolher categorias temáticas atendendo ao objeto investigativo dessa pesquisa que muito me auxiliou para perceber como as práticas desenvolvidas por mim enquanto coordenadora pedagógica intervém nas ações dos docentes e dos demais profissionais.

Assim, escolhi as categorias temáticas conforme o agrupamento de informações obtidas no projeto de intervenção. São elas, o trabalho na instituição de ensino escolhida para a intervenção, aspectos positivos no trabalho pedagógico; dificuldades e desafios encontrados durante esta intervenção; encaminhamentos para que as dificuldades e desafios possam ser trabalhados de modo a trazerem mais resultados e que se tornem efetivos, na busca do aprimoramento para que possam atingir o foco principal de toda essa prática, que é o desenvolvimento integral da criança. Segundo Lück (2003):

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis.

Assim penso que a categorização, por si mesma, não esgota a análise e é preciso que se vá além como pesquisador, ultrapassando a simples descrição e buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado. Para isso é preciso que se faça um esforço em se concentrar, avançando aos dados, tentando assim estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações.

Apresentarei na sequência os resultados da minha pesquisa e a análise realizada de forma a identificar, por meio das ações desenvolvidas, as percepções dos profissionais em relação ao trabalho na escola, bem como aspectos positivos do trabalho pedagógico, as dificuldades e desafios encontrados para este trabalho; a percepção das possíveis soluções e melhoramentos diante desta pesquisa para que estes problemas e desafios possam atingir seu foco, qual seja o desenvolvimento integral da criança.

No primeiro instante de intervenção aconteceu a organização com levantamento de dados para o início do trabalho de pesquisa. A identificação dos sujeitos participantes da pesquisa, seguida da coleta destes dados com procedimentos solicitados aos professores através de questões onde os sujeitos escolhidos possam expor como percebem dentro deste contexto escolar, como o trabalho pedagógico passou a receber um novo direcionamento em suas ações por meio das contribuições realizadas pela coordenadora e também uma possibilidade de reorganização do trabalho pedagógico.

Na descrição feita pelos professores se deu a confirmação da minha hipótese em que a escola possui o Plano Político Pedagógico como base que direciona suas ações além das orientações do órgão que a mantém, mas, na prática, a ação desenvolvida na escola não traduz o que está escrito no PPP. Porém como no regimento da mesma estão as autorizações do coordenador pedagógico para que ele realize a sua intervenção, ou seja, traga a sua experiência enquanto profissional qualificado para que de fato o PPP se torne efetivo.

Nesse contexto os relatos dos docentes apontam para um momento de novos encaminhamentos e para uma compreensão relacionada ao trabalho docente nos apoiamos nos conceitos propostos por Tardif e Lessard (2011) ao afirmarem que as influências do meio marcam fortemente a atuação docente e a definição dos componentes do trabalho e os conhecimentos que delineiam como o trabalho será realizado nas instituições, desta forma, “[...] o contexto escolar constitui, concretamente, um verdadeiro ambiente cuja contingência pesa enormemente sobre as condições de trabalho dos professores [...]” (TARDIF; LESSARD, 2011, p. 55).

Assim, a possibilidade de novas perspectivas nesta instituição será possível a partir de outras novas condições para a realização do trabalho, a possibilidade de realizar planejamento, apoio ao a presença do profissional que auxilia suas ações, fatores apontados na descrição dos sujeitos pesquisados.

É importante ressaltar que as professoras e as monitoras de um modo geral percebem conquistas significativas em relação à chegada do coordenador pedagógico, o que possibilitou reorganizações no trabalho já desenvolvido. Expressaram também que as ações e contribuições do coordenador pedagógico tem trazido muitos benefícios em seu trabalho, com a participação nos cursos de formação continuada e também como a organização do trabalho do coordenador

está repercutindo na instituição e no trabalho pedagógico em si. Cheguei a conclusão a partir disso que é preciso mais ação para continuar a promover cursos de formação continuada para estes profissionais.

Destaco que os resultados das reuniões com as famílias, professores enfim toda a comunidade escolar desenvolveu mais o diálogo no espaço escolar, mostrando assim pontos positivos do coordenador no seu trabalho. Busquei promover esses encontros trazendo a família para dentro da nossa realidade que deve ser a delas também. Acredito que somente quando se estabelece a conversação entre todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem é que poderá se despertar o interesse em se envolver neste objetivo principal que é o desenvolvimento integral e humano da criança.

Importante também falar que durante todo o processo de intervenção constatei que é preciso sempre propor novas ações, dar novos estímulos para a continuação desse processo de formação, ação continuada, despertando sempre os profissionais porque alguns mostraram desinteresse pela busca, pela renovação e isso me fez pensar que o coordenador pedagógico exerce sim um papel muito importante neste contexto, porém para que esse papel do coordenador possa ter destaque positivo, deve haver uma renovação constante, é um trabalho árduo, que trabalha a paciência, a tolerância, valorização, inovação, sem jamais perder de vista o protagonista da história que é a criança.

O aspecto relacionado à formação continuada foi considerado pelos sujeitos da pesquisa como um ponto essencial de uma das ações desenvolvidas pelo coordenador pedagógico e ressaltamos que em todos os momentos de diálogo são reforçados os aspectos de como eram os trabalhos nesta instituição antes, e principalmente, a contribuição a partir da chegada ao quadro de profissionais, do coordenador pedagógico.

Dessa forma percebeu-se que os relatos assinalam para a necessidade de um maior tempo destinado ao atendimento da coordenadora que poderia suprir necessidades individuais das profissionais. Relatam também a ausência de interação, por parte de alguns que mostram desinteresse e às vezes dificultam o diálogo entre as profissionais que atuam com a mesma faixa etária de crianças. Apontam assim, a necessidade de promoção de um planejamento coletivo no qual ampliaria as possibilidades de diálogo e trocas entre os pares em busca de trocas de

informações, conhecimentos e experiências fatores que poderiam organizar o fazer pedagógico. Os relatos assinalam a necessidade de um maior tempo destinado ao atendimento da coordenadora que poderia suprir necessidades individuais das profissionais. Relatam também a ausência de interação, por parte de alguns que mostram desinteresse e às vezes dificultam o diálogo entre as profissionais que atuam com a mesma faixa etária de crianças. Apontam assim, a necessidade de promoção de um planejamento coletivo no qual ampliaria as possibilidades de diálogo e trocas entre os pares em busca de trocas de informações, conhecimentos e experiências fatores que poderiam implementar o fazer pedagógico.

Dialogando se apresentam possibilidades para que ocorra o comprometimento de todos os sujeitos, famílias, professores, coordenadores, monitores, servidores em geral com a efetividade da educação, aprendendo que entre a família e a escola é preciso existir união, respeito, somando-se as forças em prol da criança. Ensinar e educar devem ser tarefas contínuas e recíprocas a ambas as instituições.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizei este estudo com a pretensão de compreender como as práticas pedagógicas estavam sendo encaminhadas dentro dessa escola, qual o papel do coordenador pedagógico nesse contexto. Um dos fatores que me motivou nesta investigação era pesquisar de que forma estas ações contribuiriam para o desencadeamento de boas práticas nesta instituição.

O coordenador pedagógico em seu papel como profissional deve apresentar dedicação, empenho além da capacidade de trabalhar em equipe. Ao tratar do trabalho em equipe é imperativo que o mesmo consiga desenvolver um trabalho articulado, que garanta e valorize o diálogo como uma das possibilidades de construção de novos aprendizados.

Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa buscou analisar a ação do coordenador pedagógico que atua na escola escolhida e me possibilitou verificar as percepções dos profissionais a respeito do trabalho organizado, a ação e as contribuições do coordenador pedagógico no quadro funcional da mesma. Em relação aos objetivos específicos quando nos propusemos verificar como as práticas pedagógicas são desenvolvidas pelos coordenadores e intervêm nas ações dos docentes e demais profissionais que atuam nesta instituição foi possível evidenciar contribuições voltadas a um processo reflexivo.

Os profissionais têm clareza ao identificar os fatores que dificultam e/ou facilitam suas ações na prática docente e isso demonstra que apesar de algumas dificuldades apontadas pelas profissionais da instituição foi possível perceber que há muitos elementos facilitadores para a realização do trabalho. A possibilidade de realizar formação continuada na instituição, os horários voltados ao planejamento pedagógico, reuniões são alguns exemplos encontrados na pesquisa.

Os relatos demonstram que a inserção do coordenador representou um avanço na qualidade do trabalho pedagógico, no que diz respeito à promoção de uma gestão participativa; ao apoio pedagógico em sala; à postura da Coordenadora de forma acolhedora; à organização e planejamento das atividades anuais; à participação das famílias nas atividades da instituição; ao acompanhamento do trabalho do professor, nas trocas de saberes socializados, nas possibilidades de

encontrar outras possibilidades pedagógicas desencadeadas pelas formações continuadas desenvolvidas na escola.

Outra questão mencionada relaciona-se às ações desenvolvidas pelo coordenador pedagógico. Muitos são os afazeres e funções do Coordenador Pedagógico, mas percebi uma das principais ações do coordenador pedagógico, a promoção da formação continuada dos docentes, que precisa ser realizada centrada na escola, buscando articulação do trabalho pedagógico voltada às necessidades e anseios dos profissionais.

As ações de formação continuada estão sendo organizadas na escola, o que consigo visualizar na escola são práticas inseridas em Calendário Escolar, reconhecidas e garantidas pela Secretaria Municipal de Educação, o que representa um olhar diferenciado do até então praticado neste ambiente. Mas, apesar da conquista, alguns depoimentos apontam como insuficientes o número de encontros o que sugerimos ser melhorados em encontros individuais entre professor e coordenador em seu horário de planejamento, bem como a necessidade apontada pelas profissionais no tocante ao diálogo que pode ser ampliado, por exemplo, nos momentos de planejamento ou em outros nos quais possa ser realizado.

É claro que para conseguir realizar estas ações individuais, o coordenador deverá garantir uma rotina de trabalho e uma distribuição mais adequada de suas atividades para que não corra o risco de não conseguir cumprir aquilo que havia sido planejado. Relacionado à questão de organização de uma rotina do trabalho e conseguir cumpri-la, o coordenador pedagógico poderá disponibilizar melhor seu tempo em orientações e direcionamentos do trabalho dos profissionais.

Como fatores positivos para que o trabalho seja desenvolvido aponto para o envolvimento dos gestores no cotidiano escolar como um dos pontos favoráveis ao meu trabalho.

Como uma das práticas dos coordenadores pedagógicos e que foram apontadas em nossas leituras, reforçamos como um dos papéis importantes a serem desempenhados pelos coordenadores pedagógicos, isto é, a promoção do diálogo na instituição, buscando estreitar laços entre os pares, possibilitando assim, a construção de vínculos e o estabelecimento de parcerias. Como descobertas, indicamos o coordenador pedagógico como importante promotor da formação

continuada nos espaços escolares, o papel de orientador do trabalho, as questões voltadas à formação reflexiva como modelo a ser desenvolvido na instituição.

É possível compreender que os espaços escolares são locais estimuladores de novos aprendizados, de buscas e novas possibilidades de intervenção das práticas desenvolvidas. Ao ser inserido nos espaços escolares Infantis, o coordenador pedagógico, selecionado para esta função, precisa acima de qualquer aspecto compreender seu papel frente ao desafio proposto.

Há que se considerar, sem dúvida, a defesa de uma proposta de trabalho na qual se mantenha professor e coordenador como aliados que organizem situações, que realizem estudos, que conjuntamente definam abordagens e planejam as soluções possíveis para a sala de aula, promotores, articuladores e desencadeadores das ações docentes.

Espero que esta pesquisa possibilite estimule discussões em relação ao profissional de modo a despertar interesses em novas abordagens e encaminhamentos.

## 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.R.; et. al (org.). **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. 5. ed. [s.l.]: Loyola, 2006, p. 102.

ALVES, N.N.L. **Coordenação pedagógica na educação infantil**. São Paulo: Atlas, 2007.

BARBOSA, M.C.S.; HORN, M.G.S. **Organização do espaço e do tempo na escola infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79.

\_\_\_\_\_. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008, p.31.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Práticas cotidiano na educação. **In: Bases para reflexão sobre as orientações curriculares**. Projeto de cooperação técnica. MEC e UFRGS. Ministério da Educação Brasília, 2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Lei n. 9.394**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. DCNEIs. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAVAGNARI, L.B. **Projeto político pedagógico, autonomia e realidade escolar: entraves e contribuições**. Campinas, SP: Papirus, 1988, p. 8.

CONCEIÇÃO, L. **Coordenação pedagógica e orientação educacional: princípios e ações em formação de professores e formação do estudante**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FIGUEIREDO, Z.C.C. **Formação docente em Educação Física: experiências sociais e relação com o saber**. Movimento. Porto Alegre, v.10, p.89-111, jan/abr 2004, p. 104.

FRANCO, A.M.S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **The pedagogy of actionresearch**, p. 483-502, 2005.

GARRIDO, E. **O coordenador pedagógico e a formação docente: Espaço de formação continuada para o professor-coordenador**. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GLEGLIO, P.C. **O papel do coordenador pedagógico e a formação do professor: o coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

KINCHELOE, J. L. **A formação do professor como compromisso político: mapeando o pós-moderno**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, H. **Planejamento em orientação educacional**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORO, Catarina. Contribuições para política nacional. **A avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto**. MEC/SEB/COEDI/UFPR/Setor de Educação. Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?**. Agosto/2010. MEC/SEB/COEDI. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-curriculo-em-movimento-sp-1312968422/consultas-publicas?id=15860>>. Acessado em 12 jul. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IJUI. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal Infantil Maria Barriquello. **Regimento Escolar**. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei orgânica**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-ijui-rs>>. Acessado em 8 jun. 2016.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VASCONCELLOS, C.S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Libertad, 2007, p. 75.

VEIGA, I.P.A. Projeto político-pedagógico e gestão democrática: novo marcos para a educação de qualidade. In: **Revista retratos da escola: escola de formação da confederação nacional dos trabalhadores em educação (Esforce)**. Brasília, DF, v. 3, n. 4, jan-jun. 2009, p. 163-71.